

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Dezasseis anos depois tenho a grande satisfação de voltar a usar da palavra perante todos os representantes eleitos da população da Região Autónoma da Madeira.

Faço-o agora noutra qualidade, como membro do Governo Regional, com a responsabilidade dos Assuntos Parlamentares e com uma redobrada vontade de contribuir para a dignificação e valorização da Assembleia Legislativa da Madeira. Tal como já foi referido pelo Presidente do Governo, estamos totalmente empenhados neste objetivo que a todos compromete: Governo, maioria e oposição.

É vontade do Governo tudo fazer para que os cidadãos possam acreditar e confiar no sistema político regional e nos seus órgãos de governo próprio que são a emanação da nossa autonomia política.

Credibilidade e confiança são valores fundamentais para restaurar a relação entre eleitos e eleitores e para que estes se sintam verdadeiramente representados por aqueles.

É obrigação de todos nós responder à crise de confiança e de representação que atravessa também o nosso sistema autonómico e que se expressa numa abstenção elevadíssima e em números preocupantes de votos nulos e brancos.

Não basta apenas lutar por mais autonomia. Tão ou mais importante é batermo-nos por melhor autonomia. E melhor autonomia depende acima de tudo de nós autonomistas, da nossa capacidade de irmos aperfeiçoando e elevando a qualidade do nosso sistema de governo próprio de que a Assembleia é o órgão primeiro.

É por isso crucial a reforma do sistema político em que o Governo se empenhará em estreita articulação com a maioria de deputados que o apoia e aberto a todos os contributos da oposição.

Mas melhor autonomia não significa apenas um melhor Parlamento. Significa também um melhor Governo. Que aplique os standards exigentes de gestão das nossas finanças públicas, que promova a competitividade da nossa economia de forma a que esta crie bem mais trabalho e emprego. Que regule a relação entre o poder político e o poder económico. Que atue com sensibilidade social em benefício dos nossos concidadãos mais desfavorecidos. Que defenda e valorize os nossos recursos naturais, colocando-os de uma forma sustentada ao serviço da nossa comunidade.

Este é o compromisso do Governo expresso no seu Programa que ora debatemos.

As Comunidades Madeirenses dispersas pelo Mundo são parte do Povo Madeirense e constituem um elemento estrutural da nossa Região Autónoma. Esses conterrâneos na diáspora assumem a Autonomia e todas as causas da Madeira como suas, afirmando assim a sua “Madeirensidade”.

É frequente que aqueles que mais distantes estão da sua terra natal sejam os que mais valorizam as suas conquistas e os seus feitos. Sabemos e sentimos este modo próprio de ser das nossas comunidades e é também por elas que queremos construir uma Autonomia melhor.

Não obstante este governo ter sido eleito para governar a Região Autónoma, ambiciona representar toda a grande comunidade madeirense. A vocação universalista da Região faz-se também através destas comunidades e a Madeira e a Madeirensidade incluem todos os naturais do arquipélago e seus descendentes, orgulhosos embaixadores na nossa cultura, da nossa herança histórica, da nossa unicidade, da nossa autenticidade, do nosso património comum.

Mas é também fundamental atrair os jovens das nossas Comunidades para esta causa, cativando-os para os nossos valores, para a nossa Língua e Cultura e para as nossas potencialidades económicas. É fulcral, porque é nos jovens e nas segundas e terceiras gerações que reside o maior potencial de futuro e a garantia da continuidade das

Comunidades Madeirenses espalhadas pelo mundo, afinal, um património único e irrepetível.

Mas se a Região é o somatório dos naturais e descendentes, residam onde residirem, é também certo que do seu tecido social faz parte uma comunidade imigrante para a qual será mantida a estratégia de plena integração, que garanta, simultaneamente, o respeito pela cultura e valores de origem.

Assumimos, por isso, o compromisso de manter uma política adequada de inserção dos imigrantes, assegurando as suas necessidades em matéria de saúde, habitação e acesso à educação, com base no princípio da igualdade entre nacionais e estrangeiros, não apenas por ser um dever civilizacional mas por forma a garantir também a proteção dos nossos próprios emigrantes, ao abrigo do princípio da reciprocidade.

Este desiderato resulta de um compromisso que o nosso povo afirmou há muito com uma “ética da hospitalidade¹”, garantindo o bom acolhimento a todos os recém-chegados, sejam madeirenses que regressam, imigrantes que nos

¹ A ideia nasce em 1995, no Parlamento Internacional de Escritores em que Jacques Derrida, eminente filósofo contemporâneo e que era à data um dos seus vice-presidentes, lança um apelo às cidades da Europa a favor da constituição de uma rede de cidades-refúgio destinadas a acolher e proteger intelectuais perseguidos no seu próprio país. Em Março do ano seguinte tem lugar, no Conselho da Europa, em Estrasburgo, primeira cidade-refúgio europeia, o primeiro congresso das cidades-refúgio. Na sequência deste congresso, Derrida cria o conceito de “ética da hospitalidade” ou “ética como hospitalidade”, que tem a novidade de se assumir como imediata, incondicional e infinita.

procuram em busca de melhores condições de vida ou turistas que nos visitam.

O povo madeirense, habituado que está a receber o novo e o estrangeiro, é reconhecido pelo seu carácter hospitaleiro, e esta é uma característica especialmente acarinhada por este governo.

Mas a Madeira não se projeta no mundo apenas através da diáspora, como no passado. Há já muito tempo que descobrimos a nossa vocação europeia que, de resto, nos ajudou a empreender um ciclo de transformação sem precedentes. Nem tudo foi perfeito, é certo, mas alterou para melhor a vida dos madeirenses. Nesse sentido, tudo faremos, para aprofundar os direitos que nos são inerentes como Região com constrangimentos permanentes, integrada na chamada ultraperiferia Europeia.

Continuaremos a parceria com esta e já perspetivamos medidas que conferirão maior poder de influência direta do universo das RUP junto da União Europeia, nomeadamente da Comissão. Num mundo em que o engenho diplomático é cada vez mais essencial, conciliaremos o trabalho de influência das RUP junto da União, com uma dinâmica própria de *lobby* nas instâncias Europeias, por parte da nossa Região.

A Madeira tem, e pretende ainda aprofundar, uma projeção Europeia muito superior ao seu peso Geográfico, populacional e económico. Isto sem descurar a importância que a sua zona económica exclusiva, e a sua posição estratégica, indubitavelmente assume.

É esta afirmação própria no contexto europeu que pretendemos consolidar, implementando novas abordagens, assentes na capacidade de diálogo e concertação que o Governo quer implementar com os seus parceiros, quer nacionais, quer exteriores ao espaço Português.

A nossa política de vizinhança insere-se na visão europeia para o sector, comprometendo-se o Governo a aproveitar as sinergias previstas pela EU para integração em redes de cooperação e desenvolvimento. De resto como se prevê fazer com Cabo Verde a Mauritânia.

Queremos ainda que a Madeira se assuma como um eixo fundamental no espaço do diálogo lusófono, contexto natural da nossa cooperação externa.

A Madeira vive um momento em que pode, e deve, aproveitar igualmente a oportunidade de se constituir como uma nova centralidade Atlântica tendo em atenção o acordo de comércio livre Transatlântico (TTIP -

Transatlantic Trade and Investment Partnership) que vem sendo preparado há já alguns anos.

A Europa estagnou, em termos de exportações face aos Estados Unidos, na década passada. Parte devido ao excessivo valor do euro face ao dólar, parte devido às medidas protecionistas que persistem.

As políticas de abertura comercial são quase sempre acolhidas com desconfiança mas, invariavelmente, têm impactos muito positivos naquilo que realmente interessa: o nível de vida e bem-estar dos cidadãos. Já assim foi a cada aprofundamento da integração Europeia, com a livre circulação de pessoas bens e serviços.

O impacto na economia Portuguesa, segundo um estudo da Câmara de Comércio e Indústria estima-se em 1000 milhões de euros, com um impacto a curto prazo de mais 40 mil postos de trabalho, a que se acrescentam mais 23 mil até 2030.

Estaremos também atentos a possíveis ameaças, nomeadamente no eventual desrespeito pelos padrões da confiança alimentar, laboral e da qualidade e segurança de bens. A salvaguarda dos produtos típicos e as denominações de origem da nossa Região, como o Vinho Madeira, também serão defendidas intransigentemente.

Impõe-se reorientar o esforço de investimento público numa estratégia que permita apoiar as micro e pequenas empresas, geradoras de emprego e desenvolvimento económico e social, fazendo da conservação, preventiva e corretiva, da manutenção e da regeneração as prioridades regionais, no que às obras públicas diz respeito.

Após um ciclo marcado por um intenso esforço de investimento público em termos da infraestruturação do território regional, encontram-se superadas as principais carências infraestruturais.

A disponibilidade de fundos comunitários e uma grande vontade coletiva permitiu um forte investimento público, tendo a rede rodoviária sido modernizada, o que garantiu boas acessibilidades aos principais centros populacionais e potenciou o surgimento de novos polos de atividade económica.

O esforço de investimento também permitiu à Região obter um considerável parque de edifícios e equipamentos públicos.

Contudo, sem prejuízo da satisfação de necessidades identificadas nos setores da educação e saúde e da importância da conclusão de algumas obras fundamentais para o desenvolvimento da Região, atualmente suspensas, não será inaugurada obra nova. Temos de passar,

definitivamente, do investimento em infraestruturas para o investimento nas pessoas!

A população não nos perdoaria se não mudássemos de paradigma de desenvolvimento e de investimento público, atendendo às atuais circunstâncias económico-financeiras e à própria insustentabilidade ecológica e financeira que novas obras gerariam.

Porque a “capacidade de carga” infraestrutural da Região atingiu seu limite, com impacto ao nível paisagístico, ambiental e orçamental, a estratégia para novos equipamentos, que venham a ser considerados indispensáveis, passará pela rentabilização e reabilitação de edifícios existentes.

Poderão vir a ser instalados nestes edifícios requalificados e redimensionados equipamentos públicos, fazendo uso dos financiamentos comunitários disponíveis, que privilegiam este tipo de intervenção em detrimento de construção nova.

Por outro lado, será tida especial atenção à sustentabilidade energética, financeira e de ciclo de vida das novas infraestruturas.

As futuras gerações também serão chamadas a pagar a obra agora feita. Temos, portanto, o dever moral de lhes legar uma rede de equipamentos e infraestruturas públicas

viáveis e sustentáveis e em bom estado de conservação. O investimento realizado tem de salvaguardar um património de equipamentos que permita a prestação de serviços públicos de qualidade. Qualquer outro legado será inaceitável!

Relativamente à Comunicação Social, e ao Jornal da Madeira em particular, reafirmamos a fidelidade àquilo que foi prometido. Ninguém pode apontar uma declaração onde fosse defendido o fecho do JM! Manter-nos-emos fiéis aos três desígnios que firmámos para esta sensível questão:

- i) Desoneração dos contribuintes
- ii) Salvaguarda do máximo de postos de trabalho
- iii) Pluralismo informativo, com respeito pelas necessidades do mercado.

No que concerne a este último ponto, o pluralismo informativo será aquilo que os madeirenses e o mercado o ditarem. E a única razão que leva o Governo a dar uma oportunidade ao JM é porque foram governos anteriores a descredibilizá-lo.

O mais fácil nesta altura seria lavar as mãos como Pilatos, fazer-se de desentendido e lançar dezenas de madeirenses para o desemprego, sem lhes dar a possibilidade de, pela primeira vez para a grande maioria, fazer jornalismo independente, lutando pelo seu posto de trabalho.

Seria simples ceder a pressões, garantir uma boa imprensa e a simpatia da opinião pública e publicada. Não foi para isso que fomos eleitos. Com coragem assumiremos o dever de justiça e de razoabilidade nesta, como noutras matérias. Sendo certo que a diminuição do esforço dos contribuintes já começou e estará na primeira linha de preocupação da nova gestão.

O Governo Regional não tem vocação para deter participações sociais em empresas de comunicação, e esse é um compromisso inabdicável.

Mas o Governo não se demite das suas responsabilidades. Asseguraremos uma distribuição paritária da publicidade institucional. Sabemos que, no entanto, este apoio é insuficiente para as necessidades de todas, e sublinho todas, as publicações regionais.

Por isso mesmo prevemos, assim que o JM comece a caminhar por si, estabelecer um compromisso de aquisição de serviços a toda a comunicação social, a exemplo do que acontece com as rádios locais.

Tudo faremos para que o Mercado funcione em sã concorrência.

Defenderemos igualmente um serviço público de rádio e televisão de qualidade, tendo por ponto prévio que a região não tem qualquer intenção de entrar na sua estrutura acionista. Defenderemos a importância que o mesmo tem na ligação aos emigrantes e na sua utilização de promoção turística, efetuando parcerias pontuais com a estrutura Regional. Num plano da relação de diálogo e de sã parceria com o Governo da República concertaremos a garantia de modernização da RTP, bem como a salvaguarda de um tempo mínimo de conteúdos próprios e a sua utilização nas várias plataformas da Estação Pública.

Ao nível da administração da Justiça é nosso objetivo estratégico assegurar a qualidade do serviço prestado às nossas populações, situando-se os limites da regionalização da no respeito pela unidade nacional do sistema judicial e na independência das Magistraturas.

Não obstante a melhoria da qualidade do serviço prestado, esta foi uma regionalização que veio a revelar-se deficitária por um conjunto de circunstâncias supervenientes.

Por isso o Governo Regional irá empenhar-se em negociar com o Governo da República no sentido repor o equilíbrio financeiros nesses mesmos serviços.

Esta será a nova tónica na relação com a República. Termina-se o ciclo do denominado “contencioso das autonomias” pois a tensão gerada entre os poderes regional e nacional já não é virtuosa para os interesses da Madeira e dos madeirenses.

Será encetado um novo relacionamento com o poder central e com os demais órgãos da República, assente em princípios como a confiança, a lealdade, a transparência e a solidariedade, ainda que sem qualquer cedência no que diz respeito à defesa da Autonomia.

Não transigiremos na defesa da Madeira e dos madeirenses e recusaremos liminarmente qualquer forma de cedência de direitos em nome de constrangimentos conjunturais, exigindo do Estado o cumprimento dos seus deveres para com os cidadãos madeirenses.

Comprometemo-nos, igualmente, em fazê-lo em clima sã convivência e normalidade democrática, imbuídos num espírito de cooperação, diálogo e parceria.